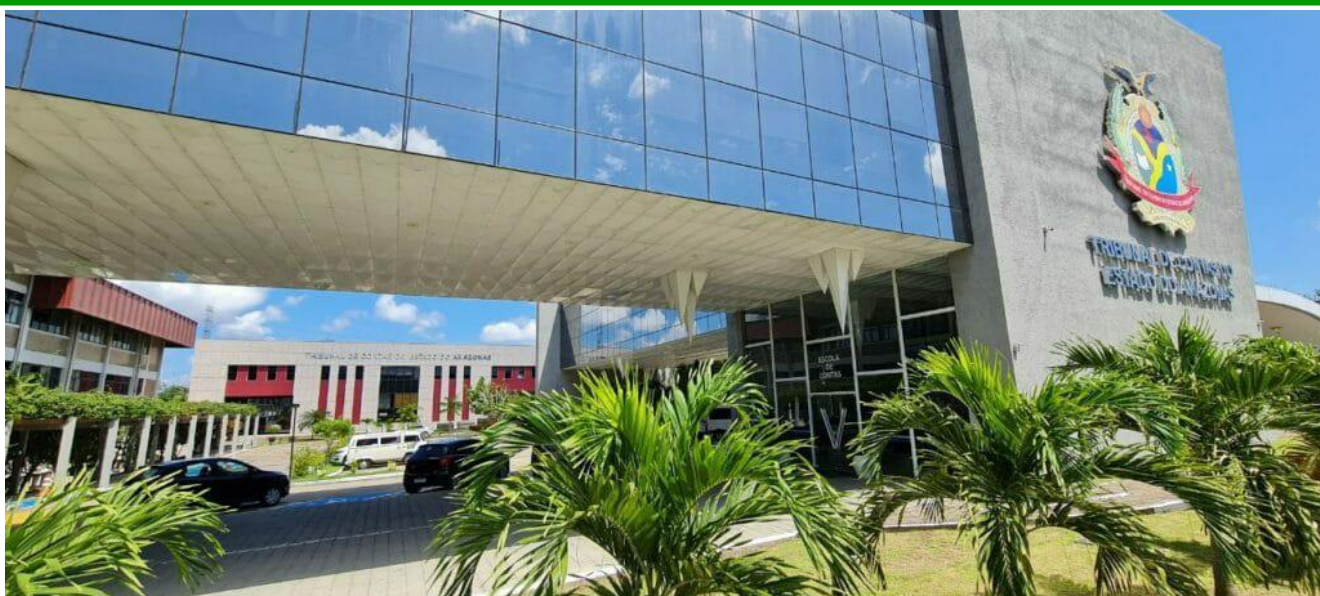




TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

RESUMO EXECUTIVO

IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA SOCIOAMBIENTAL A3P





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS

Presidente

Cons. Mario Manoel Coelho de Mello

Vice-Presidente

Cons. Antônio Julio Bernardo Cabral

Corregedor

Cons. Júlio Assis Corrêa Pinheiro

Ouvidor

Cons. Érico Xavier Desterro e Silva

Coordenadora Geral da Escola de Contas Públicas

Cons. Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos

Conselheiros

Cons. Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior

Cons. Josué Cláudio de Souza Neto

Comitê Executivo 2019 Portaria 512/2019	Comissão de Implementação da Agenda 2020/2021 Portaria 135/2020
Ana Cláudia da Silva Jatahy Antônio Carlos Souza da rosa Jr. Anete Jeane M. Ferreira Franklin Ferreira dos Santos Kelly Faria de Moraes Lany Mayre Iglesias Reis Márcia Rodeiro Cardoso Marcondes Gil Nogueira Ruy Marcelo Alencar de Mendonça (Procurador MPC) Ronaldo Almeida de Lima Thiago Corrêa Bezerra Virna de Miranda Pereira	Ana Cláudia da Silva Jatahy Antônio Carlos Souza da rosa Jr. Anete Jeane M. Ferreira Amanda de Almeida Mota Ercilia Valeriano dos Santos Joyce Giselle Santo Fernandes da Silva Jucimara Lisboa de Oliveira Lany Mayre Iglesias Reis Mackjones Santana Gomes Monique Shayane dos Santos Pires Ruy Marcelo Alencar de Mendonça (Procurador MPC)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
1. INTRODUÇÃO	5
2. O QUE É A AGENDA A3P?	6
2.1 - RELAÇÃO ENTRE A AGENDA A3P E OS ODS DA AGENDA 2030.....	7
3. CONSTRUÇÃO DA AGENDA A3P NO TRIBUNAL DE CONTAS DO AMAZONAS	
3.1 - OBJETIVOS DA AGENDA SOCIOAMBIENTAL DO TCE AMAZONAS.....	9
3.2 - METODOLOGIA	9
3.3 - EXECUÇÃO	10
3.3.1 - USO RACIONAL DOS RECURSOS NATURAIS E BENS PÚBLICOS	
A) RECURSOS HÍDRICOS	11
B) RECURSOS ENERGÉTICOS	12
3.3.2 - GESTÃO ADEQUADA DOS RESÍDUOS GERADOS	16
3.3.3 - CONTRATAÇÕES PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS	18
4. OUTROS EIXOS	21
5. CONCLUSÃO	21

APRESENTAÇÃO

Nas questões socioambientais, as práticas sustentáveis se tornam imperiosas. O exemplo do setor público é decisivo na revisão dos padrões de produção e consumo e na adoção de novos referenciais em busca da sustentabilidade socioambiental. O Tribunal de Contas do Amazonas possui papel estratégico neste processo ao discutir relevantes temas que permeiam a sociedade como a destinação final de resíduos sólidos, a coleta seletiva, a economia de energia e o consumo consciente dos recursos hídricos.

A presidência do TCE, em 2019, estabeleceu como meta realização de planejamento para alçar a adesão voluntária, na promoção e preservação do meio ambiente, bem como na otimização dos recursos públicos.

Nessa premissa o TCE se engajou na adoção de procedimentos, referenciais de sustentabilidade e critérios socioambientais para construir uma política interna a partir do Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) do Ministério Meio Ambiente (MMA).

Seguindo as orientações e os procedimentos do MMA, foram planejadas e executadas as etapas iniciais para construção da agenda. Hoje o TCE Amazonas é signatário A A3P.

Este Resumo Executivo mostra o caminho percorrido, às fases de diagnóstico e as ações prioritárias. A inserção dos critérios ambientais que vão desde uma mudança nos investimentos, compras e contratação de serviços, até uma gestão adequada dos resíduos gerados e dos recursos naturais utilizados, não é uma tarefa imediata. A agenda também depende do engajamento individual e coletivo dos servidores, do comprometimento pessoal e da disposição para a incorporação dos conceitos preconizados, para a mudança de hábitos e a difusão do programa.

Trata-se de uma decisão voluntária respondendo à compreensão de que o setor público possui um papel estratégico na revisão dos padrões de produção e consumo e na adoção de novos referenciais em busca da sustentabilidade socioambiental.

1. INTRODUÇÃO

1. A sustentabilidade administrativa da gestão pública exige mudanças de atitudes e de práticas. O grande desafio está em ultrapassar o planejamento teórico e concretizar a boa intenção num compromisso sólido. Os princípios da responsabilidade socioambiental demandam cooperação e união de esforços visando à minimização dos impactos sociais e ambientais que tanto incidem sobre a vida urbana, sobre as mudanças climáticas e que podem impactar o planeta.

2. O enfrentamento deste desafio levou o Tribunal de Contas do Estado do Amazonas a buscar na implementação da Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P, a ferramenta para a construção de uma nova cultura institucional.

3. A Agenda é um programa do Ministério do Meio Ambiente que tem o objetivo de estimular os gestores públicos a incorporar princípios e critérios da gestão socioambiental em suas atividades rotineiras, levando à economia de recursos naturais e à redução de gastos institucionais por meio do uso racional dos bens públicos, da gestão adequada dos resíduos, da licitação sustentável, da promoção da sensibilização e capacitação e qualidade de vida no ambiente de trabalho.

4. É fato que o TCE Amazonas no âmbito do controle externo já atuava junto aos jurisdicionados por meio de auditorias ambientais e outros projetos, mas, internamente, havia a necessidade de regulamentar as ações da agenda ambiental que eram realizadas sem integração a um contexto maior (coleta seletiva, tratamento de efluentes etc.). Era necessário fazer uma conexão entre as diversas ações para construção de uma política de gestão interna voltada para a sustentabilidade, bem como de indução de mudanças junto aos jurisdicionados.

5. Nessa mesma linha de pensamento, a Lei nº 12.305/2010 considera que o poder público, o setor empresarial e a coletividade são responsáveis pela efetividade das ações voltadas para assegurar a observância da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

6. É necessário fomentar a consciência coletiva para que, nas atividades cotidianas no âmbito do trabalho e na sociedade, sejam empregadas posturas proativas e inovadoras, no que tange às questões ambientais.

2. O QUE É A AGENDA A3P?

7. A Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) é um programa que visa implantar a responsabilidade socioambiental nas atividades administrativas e operacionais da administração pública. A A3P tem como princípios a inserção dos critérios socioambientais nas atividades regimentais, que vão desde uma mudança nos investimentos, compras e contratação de serviços pelo governo até a uma gestão adequada dos resíduos gerados e dos recursos naturais utilizados, além de promover a melhoria na qualidade de vida no ambiente de trabalho.

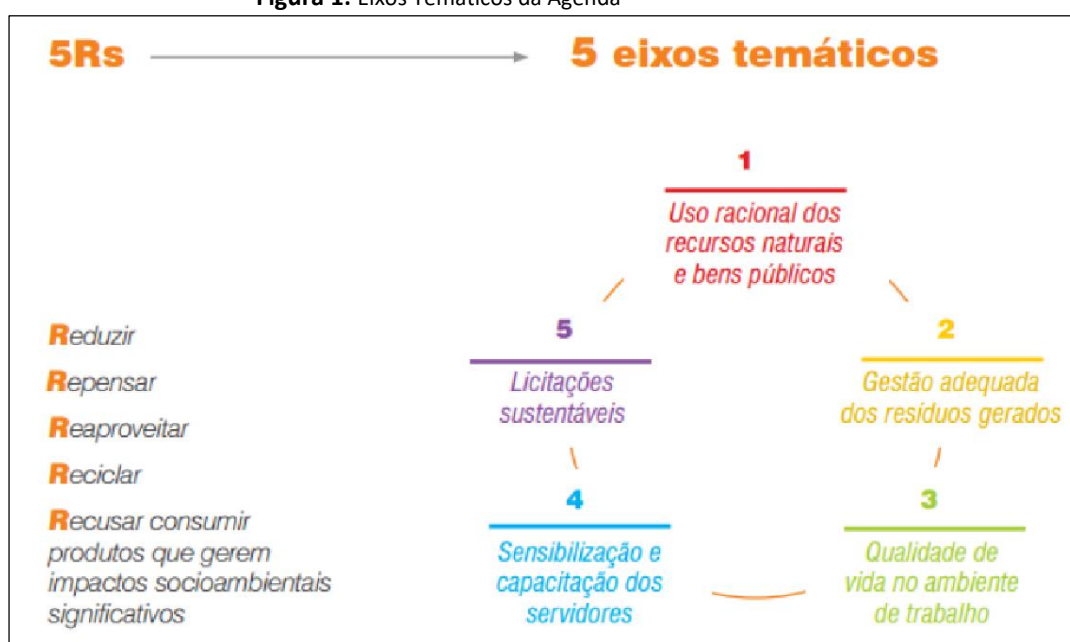
8. O programa foi construído a partir dos fundamentos:

I - Recomendações do Capítulo IV, da Agenda 21, que indica aos países o estabelecimento de programas voltados ao exame dos padrões insustentáveis de produção e consumo e o desenvolvimento de políticas e estratégias nacionais de estímulo a mudanças nos padrões insustentáveis de consumo;

II - Princípio 8º, da Declaração da Conferência Rio 92, onde se afirma que os Estados devem reduzir e eliminar padrões insustentáveis de produção e consumo e promover políticas demográficas adequadas;

III - Declaração de Johannesburgo (2002), que institui a adoção do consumo sustentável como princípio basilar do desenvolvimento sustentável.

Figura 1: Eixos Temáticos da Agenda



9. A A3P foi estruturada a partir de cinco eixos temáticos prioritários e as ações decorrentes de cada um foram definidas tendo por base a política dos 5 R's: Repensar, Reduzir, Reaproveitar, Reciclar e Recusar consumir produtos que gerem impactos socioambientais significativos.

Quadro 1 - Detalhamento de cada Eixo temático

Uso racional dos recursos naturais e bens públicos	Usar racionalmente os recursos naturais e bens públicos implica em usá-los de forma econômica e racional evitando o seu desperdício. O eixo engloba o uso racional de energia, água e madeira além do consumo de papel, copos plásticos e outros materiais de expediente.
Gestão adequada dos resíduos gerados	A gestão adequada dos resíduos passa pela adoção da política dos 5R's: Repensar, Reduzir, Reutilizar, Reciclar e Recusar. Dessa forma deve-se primeiramente pensar em reduzir o consumo e combater o desperdício para só então destinar o resíduo gerado corretamente
Qualidade de vida no ambiente de trabalho	A qualidade de vida no ambiente de trabalho visa facilitar e satisfazer as necessidades do trabalhador ao desenvolver suas atividades na organização através de ações para o desenvolvimento pessoal e profissional.
Sensibilização e capacitação dos servidores	A sensibilização busca criar e consolidar a consciência cidadã da responsabilidade socioambiental dos servidores. O processo de capacitação contribui para o desenvolvimento de competências institucionais e individuais fornecendo oportunidade para os servidores desenvolverem atitudes para um melhor desempenho de suas atividades
Contratações públicas sustentáveis	A administração pública deve promover a responsabilidade socioambiental nas suas compras. Licitações que levem à aquisição de produtos e serviços sustentáveis são importantes não só para a conservação do meio ambiente, mas também apresentam uma melhor relação custo/benefício a médio ou longo prazo quando comparadas às que se valem do critério de menor preço.

2.1 - RELAÇÃO ENTRE A AGENDA A3P E OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) DA AGENDA 2030

10. Em 2015, a 70ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), instituiu os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) representando a maior iniciativa global organizada pela comunidade internacional voltada à redução da pobreza, da desigualdade e melhoria das condições econômicas e sociais dos povos de forma integrada à promoção dos direitos humanos. Os governos do mundo assumiram o propósito de atender uma agenda global denominada Agenda 2030.

11. No contexto global a Agenda A3P reforça o direcionamento das ações para o desenvolvimento sustentável, crucial para a vida administrativa das instituições governamentais.

Figura 2: Objetivos do Desenvolvimento Sustentável



12. A Agenda A3P contempla diretamente pelo menos oito, dos 17 ODS, entre os quais destacamos:

Objetivo 3 - Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;

Objetivo 6 - Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos;

Objetivo 7 – Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos;

Objetivo 8 - Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos;

Objetivo 9 - Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;

Objetivo 12 - Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.

3. CONSTRUÇÃO DA AGENDA A3P NO TRIBUNAL DE CONTAS DO AMAZONAS

13. A Resolução Nº 07/2018 da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON) estabelece na diretriz 17 um indicativo aos TCEs para o estabelecimento de critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento sustentável nas contratações realizadas pela administração pública, notadamente quanto:

- a) coleta seletiva de resíduos;
- b) coleta, descarte ambientalmente adequado e reciclagem de bens inservíveis;
- c) desfazimento de bens obsoletos e inutilizados.

14. De igual forma, a Resolução 06/2018 orienta os TCEs a implementar campanhas para o uso consciente da água nas dependências do Tribunal de Contas; estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento sustentável.

15. As duas resoluções mostram a preocupação da Atricon no estabelecimento e implementação de uma Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) pelos tribunais de contas.

16. No âmbito do Tribunal de Contas do Amazonas a Resolução 18, de 2010 já destacava a importância da temática socioambiental, no contexto das ações internas. Iniciativas como a coleta seletiva, destinação dos resíduos às cooperativas de catadores e as ações de saneamento básico, já realizadas por esta corte de contas, necessitavam ser integradas, com outras agendas, o que demandava o diagnóstico e o planejamento comum na construção de uma política sólida.

3.1 - OBJETIVOS DA AGENDA SOCIOAMBIENTAL DO TCE AMAZONAS

- a) Aprimorar as ações já desenvolvidas pelo TCE com regularidade e ordenamento na construção de uma política socioambiental sólida;
- b) Elaboração de diagnóstico do complexo de prédios que integram o TCE;
- c) Elaboração de prognóstico e ações a serem realizadas no biênio 2020/2021.

3.2 - METODOLOGIA

17. A metodologia adotada, a partir de modelo operacional do MMA, foi a aplicação dos 5 passos para a implantação da Agenda 3P:

- i. Criar a Comissão da A3P;
- ii. Realizar um diagnóstico da instituição;
- iii. Desenvolver projetos e atividades;
- iv. Promover a mobilização e sensibilização; e
- v. Realizar a avaliação e o monitoramento das ações.

Figura 3: Fluxo dos 5 passos para implementação da Agenda A3P



18. O planejamento e cronograma de ações estabelecido para realização de atividades e entregas observou o período de abril a outubro de 2019. Os métodos incluíram documentação fotográfica, pesquisa documental, observação direta, com apoio de ferramentas de mensuração de dados, gráficos descritivos etc. Relevante informar que em alguns eixos foi desenvolvida metodologias adicionais para atender as especificidades técnicas.

19. Ao final da etapa, foi iniciada a segunda com a elaboração do Diagnóstico e Prognóstico acerca dos 05 eixos do Plano de Ação.

3.3 - EXECUÇÃO

20. A adesão do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas à Agenda foi formalizada por meio do Ofício nº 129/2019-SEGER, enviado ao Ministério do Meio Ambiente, em 17/05/2019. Em seguida foi traçado cronograma de ação de março a dezembro de 2019.

21. No âmbito do comitê gestor para gestão da política interna de resíduos (Portaria Nº 170/2019 – GPDRH) foram estabelecidas subcomissões para diagnosticar os eixos estabelecidos na Agenda Ambiental 3P e iniciado o planejamento específico para cada eixo, atendendo a realização do diagnóstico. O Comitê de servidores,

nomeado pela Presidência, foi dividido em subcomitês por área temática para realização de coleta de dados, pesquisa documental e planejamento setorial.

22. As principais ações a serem realizadas no âmbito de cada eixo podem ser identificadas, de forma resumida no quadro abaixo:

Quadro 2: Áreas temáticas X diagnóstico

ÁREA TEMÁTICA	PRINCIPAIS ATIVIDADES DIAGNÓSTICAS
Uso racional dos recursos naturais e bens públicos	Quantificação do consumo de recursos hídricos; levantamento dos pontos de consumo; teste de vazão do poço artesiano; monitoramento da Estação de Tratamento de Esgoto.
Gestão adequada dos resíduos gerados	Quantificação da geração de resíduos sólidos, gravimetria dos resíduos gerados por prédios e setores, quantificação do número de servidores.
Qualidade de vida no ambiente de trabalho	Levantamento das atividades necessárias para otimização do ambiente de trabalho; pesquisa de satisfação, identificação de lacunas.
Sensibilização e capacitação dos servidores	Realização de palestras e oficinas.
Contratações públicas sustentáveis	Análise dos contratos e licitações a fim de verificar a forma de aquisição, cláusulas socioambientais.

23. Destaca-se que o diagnóstico de cada eixo selecionado também contemplou as iniciativas que já eram realizadas, no âmbito desta Corte de Contas, como boas práticas.

3.3.1 - USO RACIONAL DOS RECURSOS NATURAIS E BENS PÚBLICOS

A) RECURSOS HÍDRICOS

24. O desenho metodológico do diagnóstico do consumo dos recursos hídricos envolveu 4 etapas de procedimentos:

- a) Pesquisa e coleta de documentos (plantas sanitárias, plantas hidráulicas perfil do poço artesiano etc.);
- b) Elaboração dos papéis de trabalho;
- c) Aplicação em campo;
- d) Sistematização dos resultados.

25. O processo de coleta de dados empregou basicamente as seguintes ferramentas: aplicação de questionários, formulário de observação direta e o memorial descritivo dos pontos de consumo de água nos conjuntos prediais que integram o TCE-AM. As principais atividades foram:

- I - Caracterização das Atividades do uso da água - Atividades que envolvem o uso da água nos espaços do tribunal – coleta de informações por meio de questionários com os principais usuários;

- II - Quantificação da vazão de água do poço artesiano;
- III - Ferramentas de controle - macro medição da água captada;
- IV - Levantamento da capacidade de armazenamento de água com avaliação da reservação;
- IV- Quantificação e qualificação dos pontos de consumo e;
- V - Verificação da efetividade do sistema de esgotamento sanitário.

26. Deste modo, foi possível ter uma visão geral dos serviços em cada um dos três prédios com relação à manutenção e conservação, e ainda, estabelecer a qualificação e a avaliação dos usos da água.

Figuras 4, 5 e 6 – Usos da água e entrevista com os prestadores de serviço do TCE Amazonas



27. Após a análise das plantas baixas dos três prédios (I, II e III) foi realizado o levantamento de todos os pontos de consumo (torneiras, descargas, etc.) do complexo. Foram contabilizados 373 pontos de consumo.

28. Na avaliação do poço artesiano que abastece o TCE foi feito histórico e quantificada a vazão, bem como observada a rede de distribuição, reservação e a linha de recalque, observando a manutenção destas. Em relação ao poço evidenciou-se que o mesmo foi construído em 2003, e no presente, atende a legislação pertinente quanto à proteção sanitária. Mas, em relação à adequação aos critérios ambientais, há necessidade de reforma mediante ao disposto no Decreto Estadual 28.678/2009 que regulamentou a Política Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Amazonas (Lei 3.167/2007), bem como às atualizações das Normas Técnicas da ABNT.

29. Em teste operacional de vazão o poço apresentou capacidade de 200 litros em 2,10 minutos, com média de 92,31 l/min/ e 5.538,46 l/h. Essa vazão é compatível com a profundidade do poço que é de 80 metros. Não houve indício de exploração do recurso hídrico, mas há indicativo da realização de estudos para abertura de um novo

poço, vez que o atual, localizado no sub-solo do prédio principal, oferece dificuldades aos serviços regulares de manutenção.

30. O sistema de reservação é atendido por seis cisternas e dois tanques atingindo a capacidade total de 199.000l ou 199m³.

31. No sistema de saneamento básico, no tocante ao esgotamento sanitário também foi realizado histórico na rede de que interliga os dois prédios do TCE com avaliação da ETE modular que inclui: reator anaeróbio de manto de lodo, filtro biológico aerado submerso, decantador secundário e câmara de desinfecção com pastilhas de cloro, todos com fluxo hidráulico no sentido ascendente.

32. O Sistema de Tratamento de Efluente Biológico é composto por etapas de pré-tratamento (Gradeamento), equalização, aeração, decantação e desinfecção. Esta última etapa é feita com a utilização de cloro em pastilha.

33. A empresa responsável pela manutenção da ETE informou que o aumento do número de servidores, da época de implantação da ETE, até o ano de 2019, (hoje o total é de 1.077 pessoas) não influenciou na efetividade do sistema operacional. O controle da qualidade do efluente gerado é feito de forma mensal com a realização de exames de análise químicas e biológicas dos efluentes com periodicidade mensal.

34. BOAS PRÁTICAS NO SUB-EIXO RECURSOS HÍDRICOS

a) O Tribunal há pelo menos 08 anos vem substituindo as torneiras tradicionais por torneiras automáticas de pressão, reduzindo o fluxo de água;

b) Otimização do sistema de energia com a utilização da gravidade para o abastecimento dos prédios.

B) RECURSOS ENERGÉTICOS

35. Na literatura especializada dedicada a identificar quais equipamentos são os principais consumidores finais de energia elétrica no Brasil, a Eletrobrás, por meio do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL, concluiu que o uso de ar condicionado nos prédios públicos corresponde a 48% de todo o consumo de energia elétrica, enquanto que o consumo de iluminação corresponde a 23%.

36. Esse estudo foi tomado como uma das bases para definição do conjunto mínimo de requisitos para à identificação de oportunidades e melhorias do desempenho energético, conforme o estabelecido na norma ABNT NBR ISO 50.001, que dispõe sobre diagnósticos energéticos.

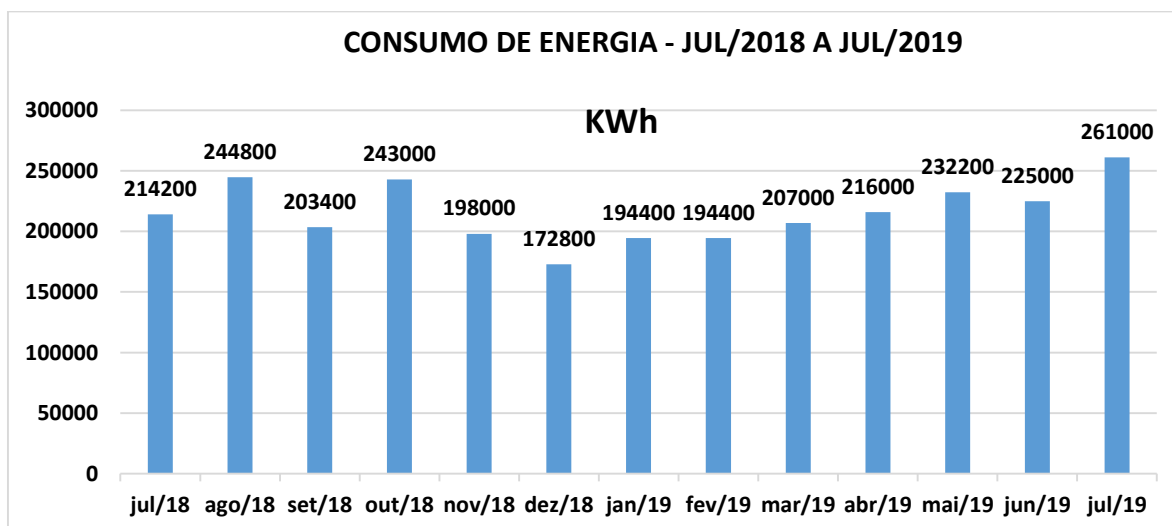
37. Dessa forma foram estabelecidos critérios para traçar os perfis de consumo de dois segmentos: iluminação e refrigeração. Foram analisados, também aspectos relativos ao ambiente de trabalho para identificar outros segmentos de grande impacto no consumo de energia elétrica como o uso de equipamentos de informática. Estes também foram incluídos nos segmentos a serem analisados.

38. Para cada segmento foi traçado um perfil de consumo baseado em sua utilização de acordo com as instalações do tribunal, para projetar seu impacto final no consumo geral de energia elétrica, além das possibilidades de obtenção de maior eficiência.

39. A análise preliminar foi elaborada com base na análise das faturas de eletricidade, nos dados de consumo de energia de no mínimo 12 meses, layout básico da edificação, taxa de ocupação e plantas de arquitetura, ar condicionado e iluminação. A partir destas informações verificou-se a necessidade da realização de medições pontuais em determinados sistemas e equipamentos do edifício.

40. Todas as informações coletadas foram analisadas para gerar uma avaliação acerca do consumo e do histórico de energia, além da verificação do consumo por demanda.

Gráfico 1 - Evolução do consumo em KWh



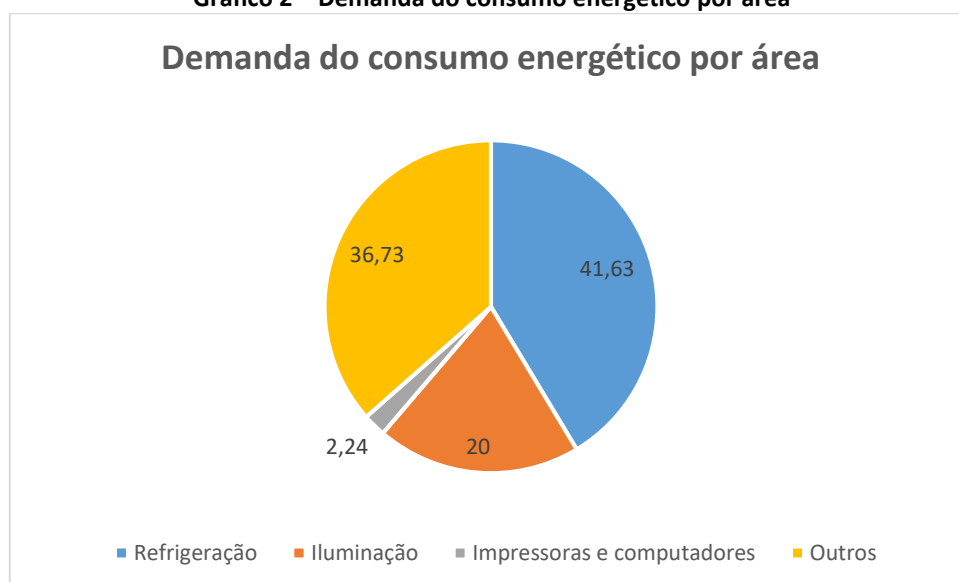
41. No processo de levantamento dos dados referentes à iluminação, foram observadas oportunidades de otimização do uso de energia elétrica quanto à

iluminação dos ambientes, como locais sem tráfego contínuo de pessoas, porém com fornecimento de iluminação ininterruptamente, onde há possibilidade de economia.

42. Quanto aos equipamentos de informática, o método para aferir o consumo se dividiu entre as impressoras e os computadores, como resultado, estima-se que o gasto com energia nesses equipamentos representa aproximadamente apenas 0,04% do consumo total de energia elétrica da instituição.

43. No que tange aos computadores, obteve-se o quantitativo de 1.019 computadores e 1.662 monitores. A diferença entre o número de computadores e monitores decorre do fato de algumas estações de trabalho possuírem 2 monitores, no intuito de auxiliar o desempenho das funções de servidores e estagiários. Portanto, após os estudos e os levantamentos energéticos chegamos a:

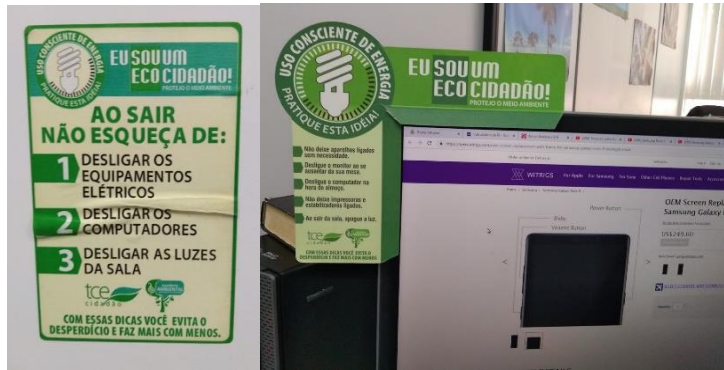
Gráfico 2 – Demanda do consumo energético por área



44. Nesse cenário, as boas práticas devem ser implementadas com foco em tornar eficaz o sistema energético com base numa alternativa ambientalmente correta, viável economicamente e que proporcione a e redução do consumo de energia. Referencia-se que há estudos para a adoção de sistema de energia solar.

45. BOAS PRÁTICAS

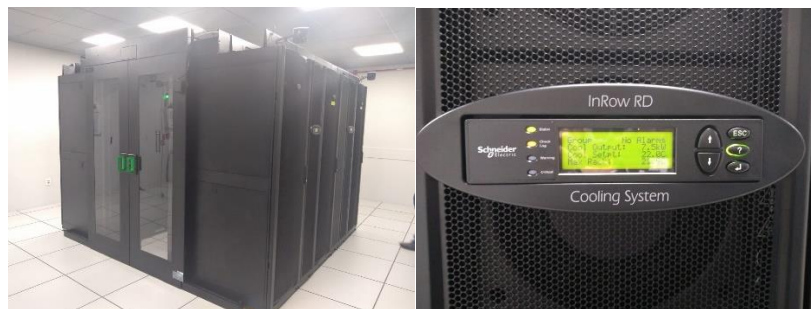
- a) Implementação da Campanha “Eu sou um Eco Cidadão” para conscientização dos servidores quanto a redução do consumo de energia no ambiente administrativo;



- b) Substituição de 3.500 lâmpadas fluorescentes tradicionais por lâmpadas de LED que são eficientes pois produzem a mesma quantidade de lúmens (fluxo luminoso) com menor gasto energético;
- c) Destinação final de lâmpadas fluorescentes (3.500) obedecendo o ciclo de vida do produto;



- d) Adoção de conjunto de Racks de Precisão e Corredores de calor e frio para encapsulamento do Datacenter. O equipamento permite a otimização do uso de ar condicionado, resultando em redução de 70% do consumo de energia. O datacenter foi concebido dentro de todas as normas internacionais de segurança e sustentabilidade ambiental.



3.3.2 - GESTÃO ADEQUADA DOS RESÍDUOS GERADOS

46. No TCE-AM, diariamente são gerados resíduos sólidos oriundos das atividades administrativas/operacionais, refeições, pilhas/baterias, lâmpadas, resíduos de banheiros e manutenção predial. Desta forma, o estudo foi norteado pelo cumprimento da Lei 12.305/06, a partir do conhecimento detalhado de todos os tipos de resíduos gerados a fim de gerar relatórios com sugestões de ações a serem implementadas, bem como ampliar as ações já existentes.

47. Na execução deste diagnóstico houve o estudo de resíduos de diferentes tipos, tais como:

- ✓ Resíduos vegetais: Resíduos oriundos da poda e varrição de folhas;
- ✓ Resíduos sanitários;
- ✓ Resíduos orgânicos;
- ✓ Resíduos de construções: Resíduos gerados em pequenas construções e reformas prediais;
- ✓ Pilhas e baterias;
- ✓ Resíduos recicláveis: Resíduos não contaminados e fabricados em papel, plástico, metal e vidro.

48. A metodologia incluiu:

- i. Estudo da planta baixa dos 3 conjuntos prediais que integram o TCE-AM e áreas abertas e de estacionamento.
- ii. Estudo dos contratos de: serviço de alimentação; serviço de limpeza, poda e jardinagem; obras e reformas.
- iii. A caracterização dos resíduos sólidos de forma qualitativa (tipo de resíduo) e quantitativa (composição gravimétrica) em três dias de expediente normal, durante todo o horário de funcionamento.
- iv. Orientação aos funcionários para a realização do estudo, para utilização das lixeiras de acordo com a indicação de tipo e origem do resíduo.
- v. Orientação aos prestadores de serviços sobre a realização do estudo, principalmente quanto aos procedimentos relativos à troca de sacos e repasse direto à equipe.

Figuras 7 e 8 - Reunião com os servidores e terceirizados para apresentar a agenda A3P



49. A composição gravimétrica realizada foi um processo de amostragem no qual foram coletados materiais como o papel, o papelão, o plástico, o metal, a matéria orgânica, dentre outros. O processo também é denominado caracterização dos resíduos sólidos.

Figura 9 - Pesagem dos resíduos



50. Análise da composição gravimétrica dos restaurantes, cantinas e copas foi de aproximadamente 76,3 Kg no primeiro dia e 102 Kg no segundo dia. Em média, restaurantes, cantinas e copas geram 89,15 Kg de resíduos, no entanto este valor pode variar em função da realização de eventos e cursos da Escola de Contas Públicas, o que indica a presença de um público flutuante, além do efetivo.

51. No geral, foi contabilizada uma média diária da utilização de 289 sacos plásticos, 20.143 copos descartáveis, 177 garrafas, 122 Kg de orgânicos, 22 Kg de

papel, 30 Kg de plástico, 5 Kg de metal, 37 Kg de lixo sanitário. Sendo o valor mais expressivo os resíduos orgânicos.

Quadro 3 - Composição gravimétrica geral

TIPO DE RESÍDUO	DIA 1		DIA 2		DIA 3	MÉDIA DIÁRIA
	M	T	M	T	M	
SACOS	154	134	124	188	133	289
COPOS	612	626	1059	1021	1406	2043
GARRAFAS	154	30	132	54	81	177
ORGÂNICO	24	107	37,4	141,3	28,0	122
PAPEL	15,9	3,8	12	9,9	12,9	22
PLÁSTICO	20,6	12,5	13,2	13,6	14,9	30
METAL	3,1	2,2	1,4	0,7	4,5	5
SANITÁRIO	20,7	16,9	20,3	19,0	16,6	37
SAÚDE	0,5	0,6	0,5	0,7	0,7	1
TOTAL	1004,8	933	1399,8	1448,2	1697,6	2727

52. No tocante ao volume de impressões verificou-se uma produção de aproximadamente 2,6 milhões de cópias/ano, no entanto não se observa grande volume de papéis nos resíduos em função da destinação para as Cooperativas de Catadores.

53. Identificou-se ainda, neste item que os servidores e os estagiários precisam ser motivados para separar os resíduos orgânicos, sendo uma solução a implementação de coletores para lixo seco e lixo úmido. Por sua vez, os funcionários terceirizados necessitam de capacitação para conhecer conceitos básicos de educação ambiental e atuarem no apoio à coleta seletiva.

54. BOAS PRÁTICAS

- a) Iniciativa da coleta seletiva de alguns resíduos (papel e plástico) que são destinados para as Cooperativas de Catadores;
- b) Destinação adequada de pilhas e baterias;
- c) Redução do número de impressoras;
- c) Adesão a Plataforma "Print Releaf", software que contabiliza o gasto de papel e efetua a compensação do impacto ambiental através de através do plantio automático de árvores em projetos de reflorestamento certificados. O Print Releaf

integra-se ao software de impressão e mede o consumo de papel em tempo real, efetuando o cálculo reverso de quantas árvores foram cortadas.

3.3.3 - CONTRATAÇÕES PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS

55. Diagnóstico dos processos de contratações do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas em relação a aplicação dos critérios de sustentabilidade nas aquisições de materiais e serviços. Foi expresso por meio da Emenda Constitucional nº 42/2003, onde reza que a administração deve considerar os impactos ambientais referentes aos produtos e serviços que adquire, conforme *in verbis*:

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

I - soberania nacional;

II - propriedade privada;

III - função social da propriedade;

IV - livre concorrência;

V - defesa do consumidor;

*VI - **defesa do meio ambiente**, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos **produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação**; (grifo nosso)*

56. A Administração Pública ao contratar deve defender o meio ambiente, para tanto deve implementar a concepção de licitação sustentável visando o consumo racional de produtos e serviços pelo viés da sustentabilidade socioambiental.

57. O objetivo desta etapa foi um diagnóstico nos processos licitatórios do TCE/AM para desvelar a aplicação dos critérios de sustentabilidade nas compras e obras públicas.

58. Com base nos critérios do Decreto Federal foi realizada análise quantitativa de todos os processos de compras, serviços e obras no biênio de 2017/2018. Os dados coletados foram avaliados para evidenciar as maiores demandas desta Corte de Contas perante o mercado na qualidade de consumidor, tudo no âmbito dos contratos na seara privada.

59. A avaliação consistiu em revelar os principais itens de compras e serviços e as obras realizadas no biênio em análise. De posse dos processos de contratação busca-se uma amostragem, em relação às aquisições de bens, os parâmetros utilizados foram os

produtos mais comprados. No que tange aos serviços, a análise foi feita nos termos de referência na tentativa de identificar a existência de algum critério ambiental no feito.

60. Em relação às obras executadas, a amostragem traduz os itens da planilha orçamentária de maior relevância, definidos estes a análise por item consiste em desvelar as especificações técnicas, pois é nessa peça do Projeto Básico que será ou não exigido o viés da sustentabilidade ambiental.

61. Verificado os dados foi elaborada uma planilha de diagnóstico nos principais itens de compras e serviços, para cada item adquirido ou comprado foi aplicado questionamento objetivo, a mesma análise foi feita para os itens das planilhas orçamentárias, tudo dentro da amostragem acima descrita, considerando o biênio 2017/2018.

63. O diagnóstico perpassou por procedimentos como o levantamento da legislação pertinente, de visitas técnicas a outros órgãos públicos, troca de experiências de gestão ambiental. Foi realizada visita técnica ao TRT 11ª Região, para observar o tempo entre a adesão e a efetiva aplicação de critérios de sustentabilidade nas licitações.

63. No processo de levantamento de dados no biênio 2017/2018 foi constatado que o tribunal não tinha o controle das aquisições de materiais via sistema, o que dificultou a busca pela quantidade exata das compras realizadas. Nesse cenário, membros da equipe tiveram que recorrer ao arquivo do tribunal para quantificar e levantar dados acerca das aquisições de materiais.

64. Em relação às obras e serviços de engenharia, a comissão buscou informações junto à Comissão de Obras desta Corte de Contas (COFIO). Essa repassou informações sobre o biênio realizado, inclusive disponibilizando as planilhas orçamentárias com suas especificações técnicas, material essencial para a análise proposta.

65. Cumpre esclarecer que de posse dos dados foi necessário construir uma amostragem por cada tema, foram analisadas as principais aquisições de bens e execuções de obras e serviços de engenharia. Em seguida, foram aplicados questionários por item, ou analisados os termos de referência buscando critérios de sustentabilidade nos processos realizados no biênio em análise, planilhas que foram acostadas a esse diagnóstico como anexos.

66. Os critérios utilizados para responder cada questionamento perpassam por análises como: modo de fabricação, escolha da matéria prima, o uso de água na fabricação, inovações sustentáveis que possam substituir o método de fabricação tradicional, possibilidade de reciclar o produto na sua forma final, e produção local.

67. Percebe-se dentro da amostragem utilizada que as licitações de compras usam os critérios tradicionais previstos no estatuto licitatório, busca-se o menor preço como critério de julgamento de propostas no momento da aquisição de bens e serviços. O controle é feito das quantidades compradas em relação às consumidas. O Sistema atual não permite uma gestão mais ampla do consumo, logo não possibilita uma gestão ambiental por setor ensejando na necessidade de um sistema de gestão mais avançado para o setor, de forma que seja uma ferramenta de gestão e planejamento, possibilita por consequência um monitoramento dos critérios ambientais a serem implementados no TCE/AM.

68. O diagnóstico utilizou a amostragem dos principais serviços destas obras dispostas em planilha orçamentária. Os critérios utilizados para responder a cada questionamento do Decreto Federal nº 7746/2012 perpassam pela seguinte análise. O serviço contratado tem baixo impacto nos recursos naturais, a escolha de materiais de construção utiliza o viés ambiental, ou seja, o modo de fabricação utiliza muita energia e água, poderia ser substituído por outro material, o adquirido tem matéria prima renovável, existem métodos construtivos com inovações sustentáveis, o destino do entulho perpassa por projeto de destinação correta de resíduos e se o material foi fabricado na cidade de Manaus.

69. Ao analisar a planilha orçamentária foi produzido um anexo cujo teor é um questionário para cada item da planilha orçamentária, já selecionados e incluídos nos 20 itens mais relevantes. No caso da Escola de Contas Públicas, observa-se que a estrutura metálica em perfil laminado, item 1 da planilha a seguir, foi constatado que não têm baixo impacto sobre os recursos naturais, senão vejamos.

4. OUTROS EIXOS

70. Para efeito de esclarecimento destacamos que os eixos não contemplados neste relatório, são basicamente as ações decorrentes dos eixos 1, 2 e 4, pois

envolvem cursos, atividades internas e outras ações que serão delineadas no cronograma para 2021/2022.

5. PLANO DE AÇÃO

71. Para o atendimento das demandas expostas pelo diagnóstico, relevante destacar que o Comitê A3P pautou o Plano de Ação em instâncias de curto, médio e longo prazo, considerando a execução das metas, mediante às condições orçamentárias e financeiras do TCE.

72. O Plano Piloto, com base no modelo fornecido pelo MMA, foi enviado para a equipe técnica daquele Ministério e será acompanhado pelo prazo de 05 anos.

Destacamos aqui algumas metas definidas no plano para o atendimento das demandas mais emergentes a saber:

- i. Perfuração de um novo poço tubular em conformidade com a nova legislação estadual e normas técnicas;
- ii. Elaboração de Projeto para Implantação de Sistema de Energia Solar como matriz energética do TCE Amazonas;
- iii. Implementar práticas sustentáveis para redução do consumo de descartáveis (copo plástico);
- iv. Substituição imediata dos copos descartáveis;
- v. Disponibilização de coletores de resíduos com separação para lixo orgânico e lixo seco;
- vi. Continuação do processo de Destinação Final de resíduos perigosos;
- vii. Logística reversa de lâmpadas fluorescentes;
- viii. Elaboração do manual de licitações sustentáveis;
- ix. Elaboração de Minuta da política interna socioambiental.

6. CONCLUSÃO

63. Os temas avaliados, o diagnóstico e o pequeno prognóstico foi fundamental para despertar uma nova consciência em todos que participaram do processo. Partindo da assertiva que só controlamos aquilo que efetivamente conhecemos, a noção de conhecimento do ambiente e estrutura administrativa onde os servidores

passam de 6 a 8h/dia foi o propulsor necessário para o desenvolvimento da Agenda A3P no TCE Amazonas.

64. O relatório final, do qual apresenta-se aqui apenas um resumo, além do diagnóstico dos eixos, elencou um conjunto de restrições, seguidas das respectivas recomendações. Destaca-se que as recomendações propostas e o futuro Plano de Ação fortalecem a aplicação dos ODS em nível estadual e nacional, contribuindo assim para a Agenda 2030.

64. O resultado desta primeira etapa foi alcançado com a certificação do Tribunal de Contas em 08/07/2019, pelo Ministério do Meio Ambiente. Entretanto, diversas ações ainda precisam ser executadas e monitoradas para a manutenção da certificação.

Figura 1 – Fac-símile do certificado do TCE Agenda A3P



65. Todas as ações implementadas deverão ser informadas ao MMA, anualmente e com a alimentação do portal nacional, para que haja continuidade no compromisso assumido e, caberá a Comissão a responsabilidade de implementar, desenvolver, organizar, executar, monitorar e planejar as ações sugeridas sempre com a anuência da Presidência.

66. Adequar as atividades do serviço público a metas socioambientais sempre será vista como um desafio para qualquer gestor. O cenário aqui retratado nos permite

enxergar a fragilidade de mecanismos públicos, apontando a imperiosidade de corroborar com a formação e o desenvolvimento de uma consciência cidadã e comprometida com a sociedade como um todo e em conformidade com as determinações do artigo 225 da Constituição Federal.

7. ENCAMINHAMENTOS

Após a certificação em 2019, no início de 2020 foi nomeada a Comissão de Acompanhamento das Ações da Agenda Socioambiental por meio da Portaria 135/2020. O advento da pandemia freou algumas ações que foram retomadas a contento em 2021 e que serão demonstradas no Relatório de Monitoramento em dezembro/2021.